

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e dois centros de distribuição. No exterior, possui duas unidades fabris na China, e um centro de distribuição na Argentina. Possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo

apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

| | | Participação no capital social (%) | | | |
|---|----------------|------------------------------------|---------------|--------|----------|
| | | 2013 | | 2012 | |
| | País sede | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | Brasil | 99,99 | 0,01 | 99,99 | 0,01 |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. | Brasil | 99,43 | - | 99,43 | - |
| CNB Consultoria Ltda. | Brasil | 99,99 | - | 99,99 | - |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. | China | 66,92 | - | 66,92 | - |
| Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd. | China | 100,00 | - | 100,00 | - |
| Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A. | Uruguai | 100,00 | - | 100,00 | - |
| Embraco North America, Inc. | Estados Unidos | - | 100,00 | - | 100,00 |
| LAWASA S.A. | Argentina | 95,00 | 4,97 | 95,00 | 4,97 |
| Whirlpool Argentina S.A. | Argentina | 95,00 | 4,97 | 95,00 | 4,97 |
| Whirlpool Puntana S.A. | Argentina | - | 99,95 | - | 99,95 |
| Whirlpool Chile Ltda. | Chile | 99,99 | 0,01 | 99,99 | 0,01 |
| Whirlpool Peru | Peru | - | 100,00 | - | 100,00 |
| Mlog Armazém Geral Ltda. | Brasil | 100,00 | - | 100,00 | - |

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas a participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira, relativas a um *hedge* efetivo contra investimentos líquidos em uma operação no exterior. Quando existem, essas diferenças são lançadas diretamente no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira--Continuação

i. Transações e saldos--Continuação

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e das suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

| Impostos e Contribuições | Alíquotas |
|---|--|
| PIS | 1,65% |
| COFINS | 7,60% |
| ISS | 5,00% |
| ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina) | 18% e 17% respectivamente |
| ICMS - operação interestadual * | 12,00% |
| ICMS - operação interestadual ** | 7,00% |
| ICMS - operação interestadual *** | 4,00% |
| ICMS - operação SP x SP **** | 7,00% Fogões / 7,00% Lavadoras / 7,00% Secadoras |
| IPI (incidência por categoria de produto) ***** | 4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia |
| INSS***** | 1% |
| * ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul/Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo | |
| ** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste | |
| *** ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal 13/12 | |
| **** ICMS - operações dentro do estado de São Paulo com os produtos listados acima com base reduzida com a carga tributária de 7% (Base Legal. Decreto 56.874/2011 e 56.893/2011) | |
| ***** IPI – Produtos com redução na alíquota devido a classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035/2013) | |

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

***** Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamentos - A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamentos das empresas de diversos setores, modificando a base de cálculo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita de alguns produtos beneficiados pela alíquota de 1%, a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamentos da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS, quando aplicável e enquadrado nesta lei, passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pela Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de nove anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único e fornos de micro-ondas, a partir do ano calendário 2004; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo *split system*, a partir do ano calendário 2009; (iv) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo *split system*, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (v) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| Taxas médias de depreciação anuais | |
|------------------------------------|------------------|
| Edifícios | |
| Estruturas | 2,50% |
| Benfeitorias | 5% |
| Coberturas | 6,67% |
| Instalações | 6,67% |
| Máquinas e equipamentos | Unid. produzidas |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Veículos | 20% |
| Informática | 20% |
| Demais bens | 10% |
| Imobilizado em andamento | n/a |

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões--Continuação

Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 18) e assistência médica (Nota 19). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada. O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de *hedge*--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como bens destinados a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos para vender. Os grupos de ativo não circulante são classificados como destinados a venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como destinados a venda, os ativos não são depreciados ou amortizados, mas sim avaliados para determinar se há perda no seu valor recuperável.

2.16 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Reconhecimento de receitas--Continuação

todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

2.19 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Investimentos em sociedades controladas – continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.20 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IAS 1 (R) / CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 19 (R) / CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados
- IAS 28 (R) / CPC 18(R2) – Investimentos em Coligada e em Controlada
- IFRS 7 (R) / CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgação
- IFRS 10 / CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
- IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Empreendimentos Conjuntos
- IFRS 12 / CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades
- IFRS 13 / CPC 46 – Mensurações do Valor Justo

As novas normas, alterações e interpretações de normas acima mencionadas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.22 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros--Continuação

na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Impostos--Continuação

de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Provisões--Continuação

data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido as incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

4. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Custos de matérias-primas e materiais indiretos | 3.973.762 | 3.705.425 | 5.302.443 | 4.765.624 |
| Outros custos | 427.777 | 528.608 | 980.791 | 1.057.515 |
| Outras despesas e receitas | 342.271 | 298.982 | 443.700 | 373.056 |
| Depreciação e amortização | 131.959 | 129.281 | 161.287 | 158.014 |
| Despesas com pessoal | 1.187.909 | 1.098.671 | 1.378.386 | 1.232.167 |
| | 6.063.678 | 5.760.967 | 8.266.607 | 7.586.376 |
| | | | | |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 5.184.494 | 4.943.351 | 7.185.190 | 6.584.815 |
| Despesas com vendas e distribuição | 453.162 | 430.225 | 565.229 | 546.130 |
| Despesas administrativas | 295.860 | 294.180 | 352.157 | 350.587 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 130.162 | 93.211 | 164.031 | 104.844 |
| | 6.063.678 | 5.760.967 | 8.266.607 | 7.586.376 |

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Caixa e bancos | 90.430 | 32.032 | 430.524 | 251.630 |
| Certificados de depósitos bancários | 357.012 | 96.748 | 540.987 | 125.931 |
| | 447.442 | 128.780 | 971.511 | 377.561 |

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 101,8% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

6. Contas a receber, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Clientes nacionais | 434.381 | 446.207 | 937.394 | 1.095.750 |
| Clientes no exterior | 189.829 | 212.487 | 254.439 | 238.973 |
| Saques cambiais de exportação | (172.363) | (178.037) | (172.363) | (178.037) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (30.002) | (19.426) | (43.646) | (29.765) |
| Ajuste a valor presente | (8.428) | (5.089) | (15.792) | (15.154) |
| | 413.417 | 456.142 | 960.032 | 1.111.767 |

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|----------------|---------|------------------|-----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| A vencer | 545.755 | 590.510 | 1.072.679 | 1.217.022 |
| Títulos Vencidos | | | | |
| de 1 a 60 dias | 38.376 | 43.113 | 61.492 | 77.708 |
| de 61 a 180 dias | 9.188 | 9.465 | 11.827 | 14.039 |
| de 181 a 360 dias | 7.729 | 7.972 | 14.667 | 12.241 |
| mais de 360 dias | 23.162 | 7.634 | 31.168 | 13.713 |
| | 624.210 | 658.694 | 1.191.833 | 1.334.723 |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|---------|----------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 19.426 | 17.575 | 29.765 | 25.185 |
| Complemento de provisão no exercício (+) | 14.818 | 9.541 | 19.924 | 15.824 |
| Valores baixados da provisão (-) | (4.242) | (7.690) | (6.043) | (11.244) |
| Saldo no final do exercício | 30.002 | 19.426 | 43.646 | 29.765 |

7. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------|------------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Produtos acabados (ao custo ou valor realizável) | 206.535 | 184.682 | 425.847 | 362.547 |
| Matérias-primas e componentes (ao custo) | 224.924 | 200.765 | 374.007 | 308.493 |
| Importações em andamento e outros (ao custo) | 199.256 | 147.134 | 391.950 | 261.381 |
| Provisão para perdas | (4.210) | (5.668) | (10.444) | (12.785) |
| Ajuste a valor presente | (16.225) | (10.719) | (33.596) | (23.090) |
| Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor | 610.280 | 516.194 | 1.147.764 | 896.546 |

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|---------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2012 | 5.705 | 9.517 |
| (+) Complemento de provisão no exercício | 9.255 | 14.251 |
| (-) Valores baixados da provisão | (9.292) | (10.936) |
| Ajustes de conversão | - | (47) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 5.668 | 12.785 |
| (+) Complemento de provisão no exercício | 7.777 | 10.421 |
| (-) Valores baixados da provisão | (9.235) | (12.343) |
| Ajustes de conversão | - | (419) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 4.210 | 10.444 |

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais.

8. Impostos a recuperar e antecipados

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| IRPJ antecipado | 25.735 | 19.200 | 34.959 | 22.887 |
| ICMS a compensar | 89.632 | 52.294 | 113.194 | 82.186 |
| IPI a compensar | 3.892 | 5.043 | 3.900 | 5.052 |
| COFINS a compensar | 1.895 | 3.660 | 1.972 | 3.763 |
| PIS a compensar | 578 | 958 | 595 | 980 |
| IRRF a compensar | 4.328 | 8.322 | 26.172 | 24.090 |
| REINTEGRA a compensar (i) | 10.446 | 9.848 | 10.446 | 9.848 |
| Outros | 4.830 | 4.209 | 13.978 | 10.741 |
| | 141.336 | 103.534 | 205.216 | 159.547 |
| Ativo circulante | 114.626 | 75.331 | 178.013 | 130.770 |
| Ativo não circulante | 26.710 | 28.203 | 27.203 | 28.777 |

- (i) REINTEGRA - Regime especial de reintegração de valores tributários para as empresas exportadoras, é um incentivo fiscal para as pessoas jurídicas produtoras que efetuem exportações de bens manufaturados constantes do Anexo Único ao Decreto 7.633/2011, poderá apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Imposto de renda diferido ativo sobre: | | | | |
| Prejuízos fiscais | 33.682 | 64.101 | 50.505 | 73.329 |
| Provisões temporariamente não dedutíveis | 152.490 | 137.208 | 184.872 | 164.324 |
| Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas | 5.960 | 2.229 | 8.229 | 7.035 |
| Plano de previdência privada e de assistência médica | 15.325 | 25.014 | 15.325 | 25.014 |
| Total imposto de renda diferido | 207.457 | 228.552 | 258.931 | 269.702 |
| Contribuição social diferida ativa sobre: | | | | |
| Bases negativas | 12.724 | 23.599 | 14.846 | 26.351 |
| Provisões temporariamente não dedutíveis | 54.896 | 49.649 | 62.646 | 54.817 |
| Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas | 2.146 | 803 | 2.492 | 1.193 |
| Plano de previdência privada e de assistência médica | 5.517 | 9.005 | 5.517 | 9.005 |
| Total contribuição social diferida | 75.283 | 83.056 | 85.501 | 91.366 |
| Ativo fiscal diferido | 282.740 | 311.608 | 344.432 | 361.068 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre: | | | | |
| Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas | (17.966) | (14.283) | (18.919) | (14.283) |
| Outros | - | (7.101) | - | (7.101) |
| Passivo fiscal diferido | (17.966) | (21.384) | (18.919) | (21.384) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquido | 264.774 | 290.224 | 325.513 | 339.684 |

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é de até 2 anos.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Variação no: | | | | |
| Imposto de renda corrente | (66.311) | (87.223) | (144.654) | (134.398) |
| Imposto de renda diferido | (18.686) | (21.329) | (14.094) | (24.631) |
| Imposto de renda corrente e diferido | (84.997) | (108.552) | (158.748) | (159.029) |
| Variação na: | | | | |
| Contribuição social corrente | (25.374) | (33.511) | (44.287) | (39.331) |
| Contribuição social diferida | (6.904) | (7.750) | (1.403) | (8.750) |
| Contribuição social corrente e diferida | (32.278) | (41.261) | (45.690) | (48.081) |

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | |
|---------------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | 2013 | | 2012 | |
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado contábil antes dos impostos | 930.022 | 930.022 | 756.080 | 756.080 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (74.035) | (74.035) |
| | 930.022 | 930.022 | 682.045 | 682.045 |
| Diferenças permanentes: | | | | |
| Equivalência patrimonial | (307.454) | (307.454) | (183.196) | (183.196) |
| Ajuste preço de transferência | 28.833 | 28.833 | 2.896 | 2.896 |
| Créditos – Prêmio de IPI | (240.856) | (240.856) | (76.180) | (76.180) |
| Pagamento baseado em ação | 8.655 | 8.655 | 9.955 | 9.955 |
| Valor anistiado – (Nota 16.2 d) | (71.013) | (71.013) | - | - |
| Outras | (8.199) | 10.457 | (1.312) | 22.932 |
| Base de cálculo | 339.988 | 358.644 | 434.208 | 458.452 |
| Alíquotas | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Sub total | (84.997) | (32.278) | (108.552) | (41.261) |
| Total | (84.997) | (32.278) | (108.552) | (41.261) |

A conciliação dos tributos lançados aos resultados não está sendo apresentada na forma consolidada em virtude de determinadas empresas controladas estarem sujeitas a diferentes alíquotas de imposto de renda vigentes nos respectivos países onde as empresas operam.

10. Partes relacionadas

A empresa holding Whirlpool do Brasil Ltda., detém o controle da Companhia com 50,25% do capital. Indiretamente, a Whirlpool S.A tem como sua investidora final a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados tendo como pressuposto a existência de uma rentabilidade atrativa para a Whirlpool S.A. e com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias. As operações e negócios da companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

10. Partes relacionadas--Continuação

| | Ativo | | | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Controladoras | | | | |
| Whirlpool do Brasil Ltda. | 218.693 | 182.622 | 218.693 | 182.622 |
| Whirlpool Canada Holding Company | 1.087.808 | 1.240.591 | 1.087.808 | 1.240.591 |
| Whirlpool Corporation | 2.591 | 2.064 | 10.768 | 29.495 |
| Controladas | | | | |
| Embraco North America | 199.973 | 206.589 | - | - |
| MLOG Armazém Geral Ltda. | 254.830 | 199.941 | - | - |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | 7.283 | 33.715 | - | - |
| Whirlpool Chile Ltda – Santiago | 11.816 | 10.213 | - | - |
| Whirlpool Argentina S.A. | 22.824 | 16.106 | - | - |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. | 427.289 | 189.241 | - | - |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd. | 23.347 | 20.573 | - | - |
| EECON China | 194 | - | - | - |
| Whirlpool Peru | 645 | 447 | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Embraco Europe | 58.718 | 83.235 | 59.754 | 104.150 |
| Whirlpool China Investment Co. Ltd | 1 | 226 | 30.921 | 26.458 |
| Industrias Acros Whirlpool | 392 | - | 9.950 | - |
| Embraco Luxemburgo | 26.927 | - | 170.802 | 141.523 |
| Outras | 11.860 | 22.325 | 24.909 | 23.943 |
| Total | 2.355.191 | 2.207.888 | 1.613.605 | 1.748.782 |
| Ativo circulante | 2.125.022 | 2.015.354 | 1.394.912 | 1.566.160 |
| Ativo não circulante | 230.169 | 192.534 | 218.693 | 182.622 |

10. Partes relacionadas--Continuação

| | Passivo | | | |
|---|------------------|-----------|----------------|--------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Controladora | | | | |
| Whirlpool Corporation | 6.489 | 3.985 | 24.570 | 7.084 |
| Controladas | | | | |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | 377.496 | 402.515 | - | - |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. | 694.355 | 366.297 | - | - |
| MLOG Armazém Geral Ltda | 202.108 | 173.912 | - | - |
| Embraco North America | 14.280 | 11.628 | - | - |
| EECON China | 166 | 17 | - | - |
| Whirlpool Argentina S.A. | 11.029 | 89 | - | - |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd | 832 | 11 | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Brasmotor S.A. | 18.945 | 20.447 | 18.945 | 20.447 |
| Whirlpool Comercial Ltda | 25.163 | 20.724 | 25.163 | 20.724 |
| Embraco Europe | 10.371 | 6.374 | 18.543 | 19.500 |
| Embraco Slovakia S.R.O. | 1.588 | 2.767 | 1.690 | 2.792 |
| Whirlpool Europe Srl | 3.407 | 1.475 | 4.782 | 1.862 |
| Whirlpool Properties, Inc | 222 | - | 5.758 | - |
| Whirlpool Of India Ltd | 350 | 129 | 555 | 129 |
| Whirlpool Norrkooping | 1.478 | - | 1.478 | - |
| Whirlpool Polska | 1.743 | 1.345 | 1.743 | 1.345 |
| Outras | 6.105 | 2.519 | 10.756 | 3.237 |
| Total | 1.376.127 | 1.014.234 | 113.983 | 77.120 |
| Passivo circulante | 269.281 | 221.616 | 69.923 | 35.997 |
| Passivo não circulante | 1.106.846 | 792.618 | 44.060 | 41.123 |

10. Partes relacionadas--Continuação

| | Vendas | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Controladora | | | | |
| Whirlpool Corporation | 1.719 | 1.855 | 119.723 | 107.339 |
| Controladas | | | | |
| Embraco North America | 275.500 | 279.185 | - | - |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda | 321.460 | 321.836 | - | - |
| Whirlpool Argentina S.A. | 61.966 | 53.344 | - | - |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd | 7.495 | 6.569 | - | - |
| Whirlpool Peru | 1.802 | 1.298 | - | - |
| Whirlpool Chile Ltda | 1.920 | 2.167 | - | - |
| EECON China | 252 | 434 | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Embraco Europe | 119.239 | 152.059 | 228.433 | 230.007 |
| Whirlpool Of India Ltd | 3 | - | 744 | - |
| Embraco Slovakia S.R.O. | 23.322 | 18.332 | 28.210 | 21.846 |
| Whirlpool Europe Srl | 3.366 | 6.858 | 3.366 | 6.858 |
| Whirlpool Mexico | 69 | - | 69 | - |
| Whirlpool Colombia | 3.096 | - | 3.096 | - |
| Whirlpool Southeast Asia Pte | 526 | - | 526 | - |
| Maytag Sales Corp US | 3.466 | 11.012 | 3.466 | 11.012 |
| Polar S.A. | 692 | - | 692 | - |
| Embraco Luxemburgo | 25.038 | 16.165 | 25.188 | 16.218 |
| Whirlpool Overseas Manufacturing | - | - | 72.423 | 46.974 |
| Industrias Acros Whirlpool | 530 | 1.242 | 75.460 | 76.527 |
| Outras | 2.243 | 5.150 | 2.261 | 7.275 |
| | 853.704 | 877.506 | 563.657 | 524.056 |

| | Compras e serviços contratados | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Controladora | | | | |
| Whirlpool Corporation | 25.399 | 41.153 | 39.492 | 41.153 |
| Controladas | | | | |
| MLOG Armazém Geral Ltda | 197.949 | 176.608 | - | - |
| Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A. | 3.688 | - | - | - |
| Whirlpool Argentina S.A. | 93 | - | - | - |
| EECON China | 276 | - | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Embraco Slovakia S.R.O | 17.605 | 9.518 | 17.740 | 9.518 |
| Embraco Europe | 7 | - | 101.273 | 89.570 |
| Whirlpool Europe s.r.l. | 18.439 | 9.459 | 19.993 | 9.459 |
| Whirlpool Norrkooping | 7.189 | 2.826 | 7.189 | 2.826 |
| Polar S.A. | 6.510 | - | 6.684 | - |
| Embraco Luxemburgo | 1.437 | - | 156.579 | - |
| Whirlpool Polska | - | 3.724 | - | 3.724 |
| Outros | 16.678 | - | 23.852 | - |
| | 295.270 | 243.288 | 372.802 | 156.250 |

10. Partes relacionadas--Continuação

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

| | | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Taxas | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | | | |
| Controladoras | | | | | |
| Whirlpool Canada Holding Company | Libor 3m+3,0% a.a. | 1.087.559 | 1.240.591 | 1.087.559 | 1.240.591 |
| Whirlpool do Brasil Ltda | 102% CDI | 218.560 | 182.622 | 218.560 | 182.622 |
| Controladas | | | | | |
| Whirlpool Chile Ltda – Santiago | Libor 6m+0,5% a.a. | 11.472 | 9.851 | - | - |
| Total do Ativo | | 1.317.591 | 1.433.064 | 1.306.119 | 1.423.213 |
| Passivo | | | | | |
| Controladas | | | | | |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | 100% TR+0,5% a.a. | 373.247 | 396.264 | - | - |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. | 102%CDI | 689.015 | 355.231 | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | | |
| Whirlpool Comercial Ltda | 100% TR | 25.163 | 20.724 | 25.163 | 20.724 |
| Brasmotor S.A. | 100% CDI | 18.897 | 20.339 | 18.897 | 20.339 |
| Total do Passivo | | 1.106.322 | 792.558 | 44.060 | 41.063 |

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

| Receitas/Despesas sobre Mútuo | | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | | | |
| Controladoras | | | | | |
| Whirlpool Canada Holding Company | Receita de juros | 41.892 | 47.493 | 41.892 | 47.493 |
| Whirlpool do Brasil Ltda | Receita de juros | 15.692 | 14.292 | 15.692 | 14.292 |
| Controladas | | | | | |
| Whirlpool Chile Ltda – Santiago | Receita de juros | 100 | 140 | - | - |
| | | 57.684 | 61.925 | 57.584 | 61.785 |
| Passivo | | | | | |
| Controladas | | | | | |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | Despesa de juros | 2.658 | 1.511 | - | - |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda | Despesa de juros | 38.111 | 12.522 | - | - |
| Outras partes relacionadas | | | | | |
| Whirlpool Comercial Ltda | Despesa de juros | 46 | 42 | 46 | 42 |
| Brasmotor S.A. | Despesa de juros | 1.480 | 1.323 | 1.480 | 1.323 |
| | | 42.295 | 15.398 | 1.526 | 1.365 |

As despesas e receitas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$16.539 (R\$17.763 em 31 de dezembro de 2012) como honorários, R\$11.149 (R\$12.531 em 31 de dezembro de 2012) como benefícios e R\$8.655 (R\$9.955 em 31 de dezembro de 2012) como remuneração baseada em ações.

11. Investimentos em controladas

| | Participação | | | | Informações da Controlada | | | | |
|---|-----------------------------|---------------|----------------|---------|---------------------------|---------|--------------------|---------------|---------------------------------------|
| | Quantidade de Ações /Quotas | | No capital (%) | | | | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Votante | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Receita Bruta | Lucro (prejuízo) líquido do exercício |
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | 1.728.562.547 | 148.444.207 | 99,99 | 100,00 | 1.100.517 | 449.219 | 651.298 | 1.140.302 | 132.115 |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda | 46.433.000 | - | 99,43 | 99,43 | 966.710 | 834.522 | 132.188 | 581.716 | 70.199 |
| CNB Consultoria Ltda. | 580.969 | - | 99,99 | 99,99 | 3.877 | 1.491 | 2.386 | - | 3.286 |
| Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd. (a) | - | - | 100,00 | 100,00 | 187.990 | 44.839 | 143.151 | 164.411 | 49.852 |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. (a) | - | - | 66,92 | 66,92 | 719.109 | 378.013 | 341.096 | 662.733 | 23.044 |
| LAWASA S.A. | 5.190 | - | 95,00 | 95,00 | 22.548 | 15.359 | 7.189 | 8.432 | 3.938 |
| Whirlpool Argentina S.A. | 548.900 | - | 95,00 | 95,00 | 201.419 | 136.934 | 64.485 | 378.573 | 18.209 |
| Whirlpool Chile Ltda. | 5.833.000 | - | 99,99 | 99,99 | 31.656 | 22.649 | 9.007 | 49.664 | (4.072) |
| Mlog Armazém Geral Ltda. | 46.322.746 | - | 100,00 | 100,00 | 469.891 | 387.095 | 82.796 | 471.182 | 14.244 |
| Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A. | 49.250 | - | 100,00 | 100,00 | 21.210 | 19 | 21.191 | - | 5.782 |

(a) Para as Sociedades localizadas na República Popular da China não existem o sistema de subdivisão do capital social por quotas.

11. Investimentos em controladas--Continuação

Movimentação dos investimentos

| | Saldos em 31 de dezembro de 2012 | Aquisição/ Integralização | Equivalência patrimonial 2013 | Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior | Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos | Transf./ Outros | Saldos em 31 de dezembro de 2013 | Equivalência patrimonial 2012 |
|---|---|------------------------------|-------------------------------------|--|--|--------------------|---|-------------------------------------|
| Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. | 526.663 | - | 132.102 | - | (7.532) | - | 651.233 | 58.779 |
| BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda | 62.148 | - | 69.799 | (512) | - | - | 131.435 | 8.976 |
| CNB Consultoria Ltda. | - | - | - | - | - | 2.385 | 2.385 | - |
| Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd. | 73.605 | - | 49.852 | 19.694 | - | - | 143.151 | 35.857 |
| Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. | 206.773 | - | 15.421 | 36.773 | (30.856) | 151 | 228.262 | 21.510 |
| LAWASA S.A. | 3.845 | - | 3.741 | (757) | - | - | 6.829 | 2.045 |
| Whirlpool Argentina S.A. | 52.991 | - | 17.299 | (9.030) | - | - | 61.260 | (4.214) |
| Whirlpool Chile Ltda | 12.270 | - | (4.072) | 310 | - | 498 | 9.006 | (5.849) |
| Mlog Armazém Geral Ltda. | 68.552 | - | 14.244 | - | - | - | 82.796 | 36.921 |
| Ealing Companhia de Gestiones y Participaciones S.A. (a) | - | - | - | - | - | 21.191 | 21.191 | - |
| Outros | 5.419 | - | - | - | - | - | 5.419 | - |
| | 1.012.266 | - | 298.386 | 46.478 | (38.388) | 24.225 | 1.342.967 | 154.025 |
| CNB Consultoria Ltda. | (901) | - | 3.286 | - | - | (2.385) | - | (1.488) |
| Ealing Companhia de Gestiones y Participaciones S.A. (a) | (17.198) | 35.407 | 5.782 | (2.800) | - | (21.191) | - | 30.659 |
| Total passivo a descoberto | (18.099) | 35.407 | 9.068 | (2.800) | - | (23.576) | - | 29.171 |
| | 994.167 | 35.407 | 307.454 | 43.678 | (38.388) | 649 | 1.342.967 | 183.196 |

(a) Em 2013, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Ealing Companhia de Gestiones y Participaciones S.A., no valor de R\$35.407.

12. Imobilizado

| | Controladora | | | | | Total em operação | Imobilizado em andamento | Imobilizado total |
|---|----------------------|----------------------------|---------------------|--------------|-----------------|--------------------|--------------------------|--------------------|
| | Terrenos e edifícios | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Informática | | | |
| Custo | | | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 234.864 | 1.897.388 | 100.432 | 450 | 66.373 | 2.299.507 | 54.066 | 2.353.573 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | - | 125.410 | 125.410 |
| Transferências | 2.859 | 67.490 | 22.362 | - | 9.035 | 101.746 | (101.746) | - |
| Alienação/baixa | (521) | (79.282) | (4.024) | (157) | (16.076) | (100.060) | - | (100.060) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 237.202 | 1.885.596 | 118.770 | 293 | 59.332 | 2.301.193 | 77.730 | 2.378.923 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | - | 127.223 | 127.223 |
| Transferências | 4.405 | 84.674 | 25.249 | - | 8.337 | 122.665 | (122.665) | - |
| Alienação/baixa | (1) | (39.502) | (1.577) | - | (490) | (41.570) | (355) | (41.925) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 241.606 | 1.930.768 | 142.442 | 293 | 67.179 | 2.382.288 | 81.933 | 2.464.221 |
| Depreciação | | | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | (132.285) | (1.428.720) | (66.272) | (380) | (48.814) | (1.676.471) | - | (1.676.471) |
| Depreciação | (6.019) | (88.620) | (12.833) | (24) | (6.779) | (114.275) | - | (114.275) |
| Baixa da depreciação | 521 | 76.088 | 4.011 | 111 | 15.495 | 96.226 | - | 96.226 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | (137.783) | (1.441.252) | (75.094) | (293) | (40.098) | (1.694.520) | - | (1.694.520) |
| Depreciação | (6.053) | (87.710) | (13.922) | - | (7.749) | (115.434) | - | (115.434) |
| Baixa da depreciação | 1 | 35.135 | 1.549 | - | 482 | 37.167 | - | 37.167 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | (143.835) | (1.493.827) | (87.467) | (293) | (47.365) | (1.772.787) | - | (1.772.787) |
| Valor residual | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 97.771 | 436.941 | 54.975 | - | 19.814 | 609.501 | 81.933 | 691.434 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 99.419 | 444.344 | 43.676 | - | 19.234 | 606.673 | 77.730 | 684.403 |
| Taxas médias de depreciação anual | 0 a 6,67% | Unidades produzidas | 10% | 20% | 20% | | - | |

12. Imobilizado--Continuação

| | Consolidado | | | | | | | Imobilizado em andamento | Imobilizado total |
|------------------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|----------|-------------|-------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
| | Terrenos e edifícios | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Informática | Demais bens | Total em operação | | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 263.397 | 2.241.334 | 106.765 | 3.345 | 74.042 | 14.263 | 2.703.146 | 61.210 | 2.764.356 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | - | - | 152.639 | 152.639 |
| Transferências | 3.187 | 89.240 | 22.615 | 407 | 7.987 | 3.559 | 126.995 | (126.995) | - |
| Alienação/baixa | (521) | (115.110) | (4.992) | (191) | (17.657) | (2.255) | (140.726) | - | (140.726) |
| Variação cambial | 122 | 43.284 | 109 | 289 | 530 | 1.291 | 45.625 | 644 | 46.269 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 266.185 | 2.258.748 | 124.497 | 3.850 | 64.902 | 16.858 | 2.735.040 | 87.498 | 2.822.538 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | - | - | 153.926 | 153.926 |
| Transferências | 5.927 | 98.902 | 26.042 | 165 | 11.324 | 1.610 | 143.970 | (143.970) | - |
| Alienação/baixa | (1) | (43.226) | (1.597) | (117) | (1.267) | (609) | (46.817) | (355) | (47.172) |
| Variação cambial | (278) | 49.141 | 249 | 585 | 890 | 3.167 | 53.754 | (364) | 53.390 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 271.833 | 2.363.565 | 149.191 | 4.483 | 75.849 | 21.026 | 2.885.947 | 96.735 | 2.982.682 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | (143.951) | (1.610.157) | (70.635) | (1.836) | (54.496) | (5.127) | (1.886.202) | - | (1.886.202) |
| Depreciação | (7.102) | (112.724) | (13.664) | (371) | (7.420) | (1.490) | (142.771) | - | (142.771) |
| Provisão para baixa de imobilizado | - | - | 687 | - | 1.473 | - | 2.160 | - | 2.160 |
| Baixa da depreciação | 521 | 102.054 | 4.278 | 153 | 15.593 | 8 | 122.607 | - | 122.607 |
| Variação Cambial | (148) | (29.352) | (82) | (183) | (460) | (597) | (30.822) | - | (30.822) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | (150.680) | (1.650.179) | (79.416) | (2.237) | (45.310) | (7.206) | (1.935.028) | - | (1.935.028) |
| Depreciação | (7.279) | (111.802) | (14.612) | (406) | (8.549) | (1.803) | (144.451) | - | (144.451) |
| Baixa da depreciação | 1 | 38.603 | 1.569 | 104 | 1.170 | 309 | 41.756 | - | 41.756 |
| Variação cambial | 9 | (19.541) | (155) | (359) | (566) | (1.271) | (21.883) | - | (21.883) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | (157.949) | (1.742.919) | (92.614) | (2.898) | (53.255) | (9.971) | (2.059.606) | - | (2.059.606) |
| Valor Residual | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 113.884 | 620.646 | 56.577 | 1.585 | 22.594 | 11.055 | 826.341 | 96.735 | 923.076 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 115.505 | 608.569 | 45.081 | 1.613 | 19.592 | 9.652 | 800.012 | 87.498 | 887.510 |
| Taxas médias de depreciação anual | 0 a 6,67% | Unidades produzidas | 10% | 20% | 20% | 10% | - | - | - |

A depreciação reconhecida no exercício foi substancialmente apropriada ao custo dos produtos vendidos.

13. Intangível

| | Controladora | | | |
|---|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| | Patentes | Desenvolvimento de projetos | Softwares | Total |
| Custo | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 39.111 | 7.250 | 35.196 | 81.557 |
| Aquisições | 4.594 | - | 15.709 | 20.303 |
| Alienação/baixa | (1.034) | - | (13.211) | (14.245) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 42.671 | 7.250 | 37.694 | 87.615 |
| Aquisições | 7.114 | - | 13.672 | 20.786 |
| Alienação/baixa | (42) | - | (52) | (94) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 49.743 | 7.250 | 51.314 | 108.307 |
| Amortização | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | (8.207) | - | (13.650) | (21.857) |
| Amortização | (3.931) | (3) | (11.072) | (15.006) |
| Baixa da amortização | 991 | - | 12.741 | 13.732 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | (11.147) | (3) | (11.981) | (23.131) |
| Amortização | (4.395) | - | (12.130) | (16.525) |
| Baixa da amortização | 19 | - | 52 | 71 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | (15.523) | (3) | (24.059) | (39.585) |
| Valor residual | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 34.220 | 7.247 | 27.255 | 68.722 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 31.524 | 7.247 | 25.713 | 64.484 |

13. Intangível--Continuação

| | Consolidado | | | | | Total |
|---|-----------------|---------------------|-----------------|-----------------------|------------|-----------------|
| | Patentes | Desenv. de projetos | Softwares | Transf. de tecnologia | Outros | |
| Custo | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 39.111 | 7.250 | 39.507 | 11.775 | 655 | 98.298 |
| Aquisições | 4.594 | - | 16.096 | - | - | 20.690 |
| Alienação/baixa | (1.034) | - | (13.264) | (315) | - | (14.613) |
| Variação cambial | - | - | 400 | 1.372 | 59 | 1.831 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 42.671 | 7.250 | 42.739 | 12.832 | 714 | 106.206 |
| Aquisições | 7.114 | - | 13.901 | - | - | 21.015 |
| Alienação/baixa | (42) | - | (52) | (356) | - | (450) |
| Variação cambial | - | - | 827 | 1.560 | 105 | 2.492 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 49.743 | 7.250 | 57.415 | 14.036 | 819 | 129.263 |
| Amortização | | | | | | |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | (8.207) | - | (16.162) | (1.528) | - | (25.897) |
| Amortização | (3.931) | (3) | (11.309) | - | - | (15.243) |
| Baixa da amortização | 991 | - | 12.792 | - | - | 13.783 |
| Variação Cambial | - | - | (234) | (361) | - | (595) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | (11.147) | (3) | (14.913) | (1.889) | - | (27.952) |
| Amortização | (4.395) | - | (12.441) | - | - | (16.836) |
| Baixa da amortização | 19 | - | 52 | - | - | 71 |
| Variação cambial | - | - | (467) | 361 | - | (106) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | (15.523) | (3) | (27.769) | (1.528) | - | (44.823) |
| Valor residual | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 34.220 | 7.247 | 29.646 | 12.508 | 819 | 84.440 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 31.524 | 7.247 | 27.826 | 10.943 | 714 | 78.254 |

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

| Classificação | Descrição | Vida útil | Prazo de vida útil |
|-----------------------------|---|------------|--------------------|
| Patentes | Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos. | definida | 10 anos |
| Desenvolvimento de projetos | Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos. | indefinida | - |
| Softwares | Licenças de uso de softwares adquiridos. | definida | 5 anos |
| Transferência de tecnologia | Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada. | indefinida | - |

14. Empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | Consolidado | | Garantias |
|---|----------------|---------|----------------|---------|-----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | |
| Moeda nacional: | | | | | |
| FINEP (TJLP + 5,0% a.a.) | 137.525 | 111.051 | 137.525 | 111.051 | Fiança Bancária |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a. | 368 | 493 | 944 | 493 | |
| Total dos financiamentos | 137.893 | 111.544 | 138.469 | 111.544 | |
| Circulante | 15.183 | 19.269 | 15.759 | 19.269 | |
| Não circulante | 122.710 | 92.275 | 122.710 | 92.275 | |

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contrato em 4 de dezembro de 2006, no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor está sendo pago em 61 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da última parcela foi em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Whirlpool S.A. celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de *Spread*, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de *Spread*, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

Os financiamentos vencem como segue:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|------------------|----------------|----------------|
| 2014 | 15.193 | 15.769 |
| 2015 | 32.616 | 32.616 |
| 2016 | 32.616 | 32.616 |
| A partir de 2017 | 57.468 | 57.468 |
| | 137.893 | 138.469 |

15. Outros passivos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Participações estatutárias | - | 3.077 | - | 3.077 |
| Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f) | 1.996 | 2.745 | 1.996 | 2.745 |
| Provisão para garantias | 19.427 | 23.361 | 31.596 | 31.251 |
| Programa de participação nos resultados | 87.105 | 108.877 | 98.363 | 120.581 |
| Adiantamentos de clientes | 6.127 | 8.685 | 48.625 | 27.903 |
| Contas a pagar – Antitruste, líquido do ajuste ao valor presente (i) | 201.307 | 133.805 | 272.026 | 226.130 |
| Contas a pagar – Suprema Corte Argentina – (Nota 16.1.c) | - | - | - | 34.065 |
| Outras provisões | 80.241 | 82.825 | 162.457 | 166.354 |
| Outras contas a pagar | 30.661 | 52.161 | 80.108 | 81.479 |
| | 426.864 | 415.536 | 695.171 | 693.585 |
| Circulante | 401.775 | 377.211 | 627.341 | 593.655 |
| Não circulante | 25.089 | 38.325 | 67.830 | 99.930 |

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas: | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Cíveis | 31.049 | 21.513 | 34.709 | 25.522 |
| Trabalhistas | 11.642 | 9.740 | 14.182 | 11.786 |
| Tributárias | 28.307 | 107.281 | 33.740 | 110.726 |
| | 70.998 | 138.534 | 82.631 | 148.034 |
| Total passivo circulante | - | 38.945 | - | 38.945 |
| Total passivo não circulante | 70.998 | 99.589 | 82.631 | 109.089 |

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Depósitos judiciais | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Cíveis | 25.067 | 19.889 | 34.845 | 28.842 |
| Trabalhistas | 6.533 | 1.899 | 9.594 | 4.094 |
| Tributários | 85.006 | 87.746 | 97.531 | 101.622 |
| | 116.606 | 109.534 | 141.970 | 134.558 |

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

| | Controladora | | | |
|--|---------------|---------------------|--------------------|----------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Tributárias | Total |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 17.988 | 12.588 | 100.862 | 131.438 |
| (+/-) Complemento (reversão) de provisão | 2.051 | 6.817 | 1.501 | 10.369 |
| (-) Pagamentos | (1.060) | (10.386) | (100) | (11.546) |
| (+) Atualização monetária | 2.534 | 721 | 5.018 | 8.273 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 21.513 | 9.740 | 107.281 | 138.534 |
| (+/-) Complemento (reversão) de provisão | 7.673 | 13.424 | 107.557 | 128.654 |
| (-) Pagamentos | (241) | (12.291) | - | (12.532) |
| (+) Atualização monetária | 2.104 | 769 | 3.180 | 6.053 |
| (-) Adesão anistia | - | - | (186.626) | (186.626) |
| (-) Transferência para contas a pagar | - | - | (3.085) | (3.085) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 31.049 | 11.642 | 28.307 | 70.998 |

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

| | Consolidado | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Tributárias | Total |
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 22.414 | 19.117 | 104.363 | 145.894 |
| (+/-) Complemento (reversão) de provisão | 3.065 | 6.284 | 1.421 | 10.770 |
| (-) Pagamentos | (2.532) | (14.562) | (100) | (17.194) |
| (+) Atualização monetária | 2.575 | 947 | 5.042 | 8.564 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 25.522 | 11.786 | 110.726 | 148.034 |
| (+/-) Complemento (reversão) de provisão | 7.340 | 15.403 | 117.079 | 139.822 |
| (-) Pagamentos | (241) | (13.717) | (796) | (14.754) |
| (+) Atualização monetária | 2.088 | 710 | 2.622 | 5.420 |
| (-) Adesão anistia | - | - | (192.763) | (192.763) |
| (-) Transferência para contas a pagar | - | - | (3.128) | (3.128) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 34.709 | 14.182 | 33.740 | 82.631 |

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia assinou acordos com Órgãos de Defesa da Concorrência do Brasil, Europa e Estados Unidos para encerrar as investigações sobre suposta violação da lei antitruste nesses mercados. Com base nesses acordos, a Companhia concordou em efetuar pagamentos no montante total de R\$375.214 (US\$161 milhões). Até 31 de dezembro de 2013, o valor total gasto destas contingências, incluindo honorários advocatícios, e outras despesas, é de R\$730.896 (US\$312 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, R\$272.026 (US\$116 milhões) continuam provisionados, dos quais R\$110.604 (US\$47 milhões), serão pagos para os Órgãos de Defesa da Concorrência, em momentos variados, até 2015.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia e outros fabricantes de compressores figuraram no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores durante certos períodos iniciados em 1996 ou em anos posteriores, propostas em várias jurisdições. Algumas ações já foram solucionadas e outras ainda continuam pendentes.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

Em fevereiro de 2013, a Companhia assinou acordo com os compradores diretos na ação em curso nos EUA, tendo sido aprovado preliminarmente em 09 de janeiro de 2014, mas permanece sujeito à aprovação final da Corte. Referido acordo prevê o pagamento de até R\$70.278 (US\$30 milhões), valor este parcialmente contemplado no montante de R\$272.026 (US\$116 milhões) mencionado acima. Esse valor poderá ser reduzido caso parte dos compradores optem por não fazer parte do acordo. Referido acordo não abrange pedidos dos compradores diretos que optem por não permanecer no acordo, tampouco os compradores indiretos.

Outras ações judiciais continuam pendentes e novas ações semelhantes podem ser propostas por pretensos compradores ou outros autores.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

A partir da análise do acórdão publicado em 06/12/2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescido de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado no parágrafo anterior. Veja detalhes no item 16.2 d.

- c) Em 14 de novembro de 2012, a Whirlpool Puntana, controlada indireta da Companhia, foi surpreendida por notificação da Suprema Corte Argentina acerca de decisão, definitiva e irrecorrível, em ação judicial tributária relativa à apuração de diferenças no pagamento de imposto de renda sobre juros em supostos empréstimos entre empresas do grupo. O valor da condenação foi integralmente provisionado em 30 de novembro de 2012, e em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$34.065 (ARS\$81.533).

Em 28 de janeiro de 2013, foi pago o valor de R\$32.884 (ARS\$82.313), que difere do montante provisionado em decorrência de variação cambial no período.

16.2 Programa de anistia

- a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

a) MP 470/09--Continuação

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo ao valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2013 reflete o valor de R\$196.433.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2013.

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na Lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

c) Resumo dos impactos contábeis

| | Controladora | | | | | Mlog | Consolidado |
|--|-------------------|----------------------|---------|---------|-----------|------------------|-------------|
| | IPI Alíquota Zero | COFINS | IPI | Outros | Total | PIS / COFINS | Total |
| (=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher | 82.489 | 43.137 | - | - | 125.626 | - | 125.626 |
| (+) Ajuste da provisão | 46.830 | 16.281 | 16.740 | 4.823 | 84.674 | 1.355 | 86.029 |
| (-) Valor anistiado | (76.886) | (27.508) | (7.277) | (1.987) | (113.658) | (282) | (113.940) |
| (=) Valor da dívida | 52.433 | 31.910 | 9.463 | 2.836 | 96.642 | 1.073 | 97.715 |
| (-) Valor liquidado com prejuízo fiscal | (52.433) | (9.260) | (2.648) | (910) | (65.251) | (109) | (65.360) |
| (-) Pagamento efetuado | - | - | - | - | - | (964) | (964) |
| (=) Valor do passivo total em 31/03/2011 | | | | | | | |
| classificado em Impostos a recolher | - | 22.650 | 6.815 | 1.926 | 31.391 | - | 31.391 |
| (+) Ajuste da provisão | - | - | 935 | 264 | 1.199 | - | 1.199 |
| (-) Pagamento efetuado | - | - | (7.750) | (2.190) | (9.940) | - | (9.940) |
| (=) Valor do passivo total em 31/12/2013 | | | | | | | |
| classificado em Impostos a recolher | - | 22.650 | - | - | 22.650 | - | 22.650 |
| | | | | | | | |
| MP 470/09 | | Lei 11.941/09 | | | | Total | |
| R\$52.433 | | R\$45.282 | | | | R\$97.715 | |

d) Lei 12.865/13

Em 9 de outubro de 2013, foi publicada a Lei 12.865 que aprovou um programa especial de anistia, que permitiu o pagamento ou parcelamento de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008, bem como os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, vencidos até 31 de dezembro de 2012, com redução de multas e juros.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

d) Lei 12.865/13--Continuação

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao programa e liquidou 16 discussões fiscais, com opção de pagamento em 30 parcelas a serem atualizadas pela taxa de juros Selic. Os impactos contábeis se dão como segue:

| | Controladora | | | | Controlada Whirlpool AM | Consolidado | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|--|----------------------------|-------------------------------------|----------|
| | Débitos RFB - Previdenciário | Débitos RFB - Demais Débitos | Débitos PGFN – Previdenciário | Débitos PGFN - Demais Débitos | Total | Débitos PGFN - Demais Débitos | Total |
| (=) Valor da constituição de dívida | 12.689 | 87.326 | 1.366 | 85.245 | 186.626 | 6.137 | 192.763 |
| (-) Valor anistiado | (3.831) | (28.252) | (574) | (38.356) | (71.013) | (2.352) | (73.365) |
| (=) Valor da dívida | 8.858 | 59.074 | 792 | 46.889 | 115.613 | 3.785 | 119.398 |
| (-) Valor liquidado com depósito judicial | (329) | - | - | - | (329) | - | (329) |
| (-) Pagamento efetuado | (284) | (1.969) | (26) | (1.563) | (3.842) | (128) | (3.970) |
| (=) Valor do passivo total em 31/12/2013 | 8.245 | 57.105 | 766 | 45.326 | 111.442 | 3.657 | 115.099 |

O montante de R\$111.442 na controlada (R\$115.099 no consolidado) foram registrados na rubrica de Impostos, taxas e contribuições a pagar, sendo R\$45.921 no circulante (R\$47.434 no consolidado) e R\$65.521 no não circulante (R\$67.665 no consolidado).

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFLEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília.

A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFLEX pela Companhia.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário).

Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, que está pendente de julgamento.

Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia vem utilizando os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores compensados foram de R\$240.856 e R\$76.180, respectivamente, na

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, apropriados ao resultado como receitas de vendas para o exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente a ser realizado é de aproximadamente R\$154.499, que inclui R\$120.568 relativos a honorários de sucumbência.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E e substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cujo julgamento relativo à modulação os efeitos ainda não foi concluído. O saldo remanescente do crédito prêmio de IPI sofrerá um aumento caso a decisão do STF confirme a aplicação retroativa do índice IPCA-E a julho de 2009.

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEEX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFIEEX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a 1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFIEEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo. Em julho de 2013 a Companhia foi intimada da decisão proferida em 1ª instância administrativa que manteve os créditos tributários cobrados no auto de infração relativo aos anos de 2007 a 2011. Contra esta decisão a Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade total de autuações fiscais pendentes relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX, incluindo juros e multas, reflete o montante de R\$1.285.286 sendo que o total do auto de infração reflete o montante de R\$1.305.524 (R\$ 1.249.611 e R\$1.267.217 em 31 de dezembro de 2012). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

Desta forma, eventual resultado desfavorável nesses processos pode ter um efeito material adverso sobre a situação financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia.

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 ("MP") que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras. A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação judicial da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2013, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$75.340.

A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2013.

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, com base na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento--Continuação

consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$568.444 (R\$414.925 em 31 de dezembro de 2012).

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente analisa estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião dos consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

e) Fianças Bancárias

Como pratica comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$715 milhões (R\$610 milhões em 2012) relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$1.187.033 e R\$921.944.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendedor--Continuação

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$330.000 e R\$180.000.

Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “Bank Acceptance Drafts” (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não haviam valores em aberto nesta operação.

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

16.6 Linha de crédito garantida

Em dezembro de 2013, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.119.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. A linha de crédito não contém cláusulas financeiras restritivas ou garantias.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$8.655 e R\$9.955, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve impacto em 2013.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de outubro de 2013, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, para todas as ações integrantes do capital social atual (beneficiando os acionistas que se acharam inscritos nos registros da Companhia em 25 de outubro de 2013, correspondente a 1.502.786.006 ações), da seguinte forma: (a) R\$0,35057 por ação, para todas as ações ordinárias; e (b) R\$0,38563 por ação, para todas as ações preferenciais, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013.

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

Os dividendos distribuídos foram computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2013.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício da controladora | 812.747 | 606.267 |
| Constituição da reserva legal (5%) – limitado a 20% do capital social | - | (16.417) |
| Lucro líquido ajustado | 812.747 | 589.850 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 203.187 | 147.463 |
| Distribuição dos juros sobre o capital próprio | | |
| Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias (R\$) | - | 49.131 |
| Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais (R\$) | - | 24.904 |
| | - | 74.035 |
| Distribuição dos dividendos | | |
| Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$) | 134.842 | 48.729 |
| Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$) | 68.354 | 24.705 |
| | 203.196 | 73.434 |
| Total de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos | 203.196 | 147.469 |
| Quantidade de ações | | |
| Ações ordinárias | 1.028.700.892 | 1.028.700.892 |
| Ações preferenciais | 474.085.114 | 474.085.114 |
| | 1.502.786.006 | 1.502.786.006 |
| Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação | | |
| Ações ordinárias | - | 0,0478 |
| Ações preferenciais | - | 0,0525 |
| Dividendo distribuídos por ação | | |
| Ações ordinárias | 0,1311 | 0,0474 |
| Ações preferenciais | 0,1442 | 0,0521 |

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio é como segue:

| | Controladora |
|---|---------------------|
| Saldos em 1º. de janeiro de 2012 | 6.412 |
| (+) Distribuição de dividendos do exercício | 73.434 |
| (+) Distribuição de juros sobre capital próprio | 74.035 |
| (+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos | 172.285 |
| (-) Pagamentos | (323.421) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 2.745 |
| (+) Distribuição de dividendos do exercício | 203.196 |
| (+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos | 340.257 |
| (-) Pagamentos | (544.202) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 1.996 |

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2013 e 2012 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

| | 2013 | 2012 |
|--|------------------|-------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da sociedade | 812.747 | 606.267 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | 1.502.786 | 1.502.786 |
| Lucro básico por ação | 0,5408 | 0,4034 |

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado "Plano"), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

18. Plano de previdência privada--Continuação

a) Plano não fundadores

Em 31 de dezembro de 2013, participam 20.802 empregados e dirigentes (21.454 em 31 de dezembro de 2012) inscritos no Plano a partir de 1º de agosto de 1994. Em dezembro de 2002, a Companhia promoveu a alteração deste plano da modalidade de “benefício definido - BD” para “contribuição definida - CD”, resultando em um evento de liquidação antecipada do plano de benefício, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício de 2002.

O custo do plano “CD” é compartilhado entre os participantes e a Companhia, podendo a parcela de contribuição da Companhia variar entre 50% e 200% da contribuição do participante, conforme tabela progressiva em função da faixa etária do empregado. A contribuição ao plano “CD” reconhecida no resultado do exercício da Companhia em 2013 foi de R\$13.038 (R\$12.215 em 31 de dezembro de 2012).

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2013, participam 19 empregados e dirigentes (25 em dezembro de 2012) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Hipóteses econômicas (taxas nominais): | | |
| Taxa de desconto | 10,75% a.a | 9,00% a.a |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano | 10,50% a.a. | 10,50% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | 6,85% a.a | 7,20% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 4,75% a.a | 5,10% a.a. |
| Taxa estimada de inflação de longo prazo | 4,75% a.a | 5,10% a.a. |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento | UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | Fundadores: 6% a.a. | Fundadores: 6% a.a. |
| Taxa de rotatividade esperada | | |
| Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa | 100% dos desligamentos | 100% dos desligamentos |
| Probabilidade de ingresso em aposentadoria | 100% aos 60 anos | 100% aos 60 anos |

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|-----------------|----------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 36.424 | 40.981 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 36.424 | 40.981 |
| Valor justo dos ativos do plano | (29.602) | (30.625) |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano | 6.822 | 10.356 |
| Passivo atuarial líquido | 6.822 | 10.356 |

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33, a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------|
| Passivo atuarial líquido no início do exercício | 10.356 | 19.456 |
| Despesa reconhecida no resultado do exercício | 1.409 | 2.986 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | (1.883) | (13.356) |
| Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes | (3.060) | 1.270 |
| Passivo atuarial líquido no final do exercício | 6.822 | 10.356 |

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------|
| Valor presente da obrigação no início do exercício | 40.981 | 26.169 |
| Custo do serviço corrente da patrocinadora | 686 | 1.387 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 3.272 | 5.369 |
| Contribuições dos empregados | 329 | 515 |
| Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes | 3.709 | 8.931 |
| Benefícios pagos pelo plano | (12.553) | (1.390) |
| Valor presente da obrigação no final do exercício | 36.424 | 40.981 |

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

| Hipótese | Taxa de desconto | |
|------------------------|------------------|---------------|
| | 0,5% aumento | 0,5 % redução |
| Nível de sensibilidade | | |
| Impacto na obrigação | 35.774 | 37.094 |

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------|
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 30.625 | 6.713 |
| Retorno real dos investimentos | 2.549 | 9.122 |
| Contribuições pagas pela patrocinadora | 1.883 | 15.799 |
| Contribuições pagas pelos empregados | 329 | 515 |
| Benefícios pagos pelo plano | (12.553) | - |
| Outros ajustes | 6.769 | (1.524) |
| Valor presente da obrigação no final do exercício | 29.602 | 30.625 |

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|-------------|
| Custo do serviço corrente | 686 | 1.387 |
| Juros sobre as obrigações atuariais | 3.272 | 5.369 |
| Rendimento dos ativos do plano | (2.549) | (3.770) |
| Despesa (receita) total reconhecida no resultado | 1.409 | 2.986 |

A previsão da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

| | 2014 |
|--|--------------|
| Custo do serviço corrente | 836 |
| Juros sobre as obrigações atuariais | 938 |
| Despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte | 1.774 |

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|------------|-------------|-------------|
| Renda fixa | 100% | 100% |

O montante total dos ativos do plano ao final de 2013 é de R\$29.602 (R\$30.625 em 2012).

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante à manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Este grupo conta com 1.304 participantes (1.569 em dezembro de 2012) assistidos em gozo do benefício. As despesas decorrentes do benefício oferecido são suportadas integralmente pela Companhia e demais empresas patrocinadoras.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

| | 2013 | 2012 |
|---|--------------------|---------------------|
| Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial | 11,50% a.a | 9,50% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano | N/A | N/A |
| Taxa de crescimento nominal dos custos médicos | 10,75% a.a | 11,00% a.a. |
| Taxa de aumento na utilização da assistência médica | 3,00% a.a. | 3,00% a.a. |
| Taxa estimada de inflação de longo prazo | 4,75% a.a UP-94 | 5,10% a.a. UP-94 |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | Geracional | Geracional |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos | IAPB-57 | IAPB-57 |

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|--------|--------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 75.069 | 90.538 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 75.069 | 90.538 |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano | 75.069 | 90.538 |
| Custo do serviço passado não reconhecido | - | (382) |
| Passivo atuarial líquido | 75.069 | 90.156 |

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------|
| Passivo atuarial líquido no início do exercício | 90.156 | 74.678 |
| Despesa reconhecida no resultado do exercício | 8.440 | 7.500 |
| Contribuição da patrocinadora vertida no exercício | (4.218) | (4.446) |
| Ganho/(perda) reconhecido via ORA | (19.309) | 12.424 |
| Passivo atuarial líquido no fim do exercício | 75.069 | 90.156 |

19. Plano de assistência médica--Continuação

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

| Hipóteses Nível de sensibilidade | Taxa de desconto | | Taxa de crescimento dos custos médicos | |
|-------------------------------------|------------------|------------|---|------------|
| | 1% aumento | 1% redução | 1% aumento | 1% redução |
| Impacto na obrigação | 69.743 | 81.293 | 82.746 | 70.134 |

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

A despesa reconhecida no resultado de 2013 da Companhia no montante de R\$8.440 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|-------|-------|
| Juros sobre as obrigações atuariais | 8.440 | 7.500 |
| Despesa total reconhecida no resultado do exercício | 8.440 | 7.500 |

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

| | 2014 |
|--|-------|
| Juros sobre as obrigações atuariais | 8.459 |
| Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte | 8.459 |

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 2013 e 2012 foi de US\$34,30 e US\$19,52 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

| Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes | 2013 | 2012 |
|--|-------------|-------------|
| Taxa de juros livre de risco | 0,9% | 0,9% |
| Expectativa de volatilidade | 40,3% | 40,2% |
| Expectativa de dividendos | 1,8% | 2,9% |
| Prazo de vida estimado das opções | 5 anos | 5 anos |

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o exercício de 2013 e 2012:

| | Número de opções (em milhares) | Média ponderada do preço de exercício (US\$) |
|---------------------------------|---------------------------------------|---|
| Opções em aberto em 01/01/2012 | 288 | 67,51 |
| Outorgadas | 85 | 71,34 |
| Exercidas | (59) | 52,30 |
| Perda do direito ou prescritas | (71) | 67,50 |
| Opções em aberto em 31/12/2012 | 243 | 72,54 |
| Opções exercíveis em 31/12/2012 | 163 | 70,96 |

| | Número de opções (em milhares) | Média ponderada do preço de exercício (US\$) |
|---------------------------------|---------------------------------------|---|
| Opções em aberto em 31/12/2012 | 243 | 72,54 |
| Outorgadas | 40 | 111,33 |
| Exercidas | (139) | 73,92 |
| Perda do direito ou prescritas | (8) | 84,12 |
| Opções em aberto em 31/12/2013 | 136 | 81,09 |
| Opções exercíveis em 31/12/2013 | 55 | 66,87 |

O valor intrínseco das opções de ações em 2013 e 2012 foram US\$7 milhões e US\$2 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 2013 e 2012 foram de US\$11,8 milhões e US\$3 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2013 é de 7,1 anos (5,9 anos em 31 de dezembro de 2012).

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seleto de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"--Continuação

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 2013 e 2012 foram de US\$3,9 milhões e US\$3 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 2013 e 2012 foram de US\$105,40 e US\$68,63 dólares, respectivamente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

| | Número de ações (em milhares) | Média Ponderada do valor justo (US\$) |
|---|--|--|
| Ações não revertidas em direito em 01/01/2012 | 169 | 68,01 |
| Outorgadas | 104 | 68,63 |
| Perda de direito | (105) | 80,56 |
| Direito adquirido e transferido para irrestrito | (46) | 31,61 |
| Ações não revertidas em direito em 31/12/2012 | 122 | 71,44 |
| | | |
| Outorgadas | 22 | 105,40 |
| Perda de direito | (6) | 70,74 |
| Direito adquirido e transferido para irrestrito | (34) | 76,05 |
| Ações não revertidas em direito em 31/12/2013 | 104 | 76,95 |

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$8.655 e R\$9.955 em 2013 e 2012, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

22. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Despesas de juros | (53.024) | (39.129) | (30.638) | (70.754) |
| Variações monetárias e cambiais passivas | (352.936) | (80.782) | (390.816) | (95.085) |
| Perdas em operações de <i>Hedge</i> | (101.136) | (37.162) | (103.142) | (43.885) |
| Despesas de AVP | (143.794) | (152.674) | (242.856) | (195.170) |
| Outras despesas financeiras | (46.436) | (41.482) | (67.437) | (66.413) |
| Total de despesas financeiras | (697.326) | (351.229) | (834.889) | (471.307) |
| | | | | |
| Receita de juros | 78.993 | 71.797 | 91.549 | 84.299 |
| Variações monetárias e cambiais ativas | 531.329 | 180.515 | 546.438 | 191.852 |
| Ganhos em operações de <i>Hedge</i> | 3.575 | 25.982 | 6.190 | 28.486 |
| Receitas de AVP | 78.892 | 69.015 | 146.873 | 119.122 |
| Outras receitas financeiras | 288 | 84 | 797 | 84 |
| Total de receitas financeiras | 693.077 | 347.393 | 791.847 | 423.843 |
| | | | | |
| | (4.249) | (3.836) | (43.042) | (47.464) |

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*").

Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) e Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de "*hedge*" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "*hedge*" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Moeda Estrangeira | (97.651) | (11.180) | (97.222) | (15.399) |

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "*hedge*" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados na receita bruta conforme segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Moeda Estrangeira | (11.789) | (23.333) | (12.095) | (23.935) |

b) Exposição a riscos de “*commodities*”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo para os próximos 9 meses: de 50% a 80% de cobertura, entre 10 a 12 meses: de 40% a 60% de cobertura, entre 13 a 15 meses: de 20% a 40% de cobertura e, entre 15 a 36 meses: de 0% a 40% de cobertura. Sendo necessária a aprovação da Diretoria.

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Commodities | (8.029) | 8.175 | (10.756) | 8.175 |

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2013, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

| | Classificação do <i>hedge</i> * | Controladora | |
|-------------------|------------------------------------|------------------|-----------|
| | | Valores nominais | |
| | | 2013 | 2012 |
| Commodities | CF | 190.577 | 138.680 |
| Moeda estrangeira | CF / FV | 1.283.766 | 1.501.946 |
| Total | | 1.474.343 | 1.640.626 |

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

| Controladora | | Valor justo | | | |
|-----------------------|-------------------------|---------------|--------|-----------------|----------|
| | Classificação do hedge* | Hedges ativos | | Hedges passivos | |
| | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Commodities | CF | 2.250 | 3.065 | (7.720) | (1.952) |
| Moeda estrangeira | CF / FV | 2.984 | 16.697 | (79.160) | (44.115) |
| Total | | 5.234 | 19.762 | (86.880) | (46.067) |
| Circulante | | 4.213 | 17.604 | (86.148) | (45.733) |
| Não circulante | | 1.021 | 2.158 | (732) | (334) |

| Consolidado | | Valores nominais | |
|-------------------|-------------------------|------------------|-----------|
| | Classificação do hedge* | 2013 | 2012 |
| | | | |
| Commodities | CF | 236.086 | 138.680 |
| Moeda estrangeira | CF / FV | 1.318.903 | 1.549.936 |
| Total | | 1.554.989 | 1.688.616 |

| Consolidado | | Valor justo | | | |
|-----------------------|-------------------------|--------------|--------|----------------|----------|
| | Classificação do hedge* | Hedges ativo | | Hedges passivo | |
| | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Commodities | CF | 2.962 | 3.065 | (8.167) | (1.950) |
| Moeda estrangeira | CF / FV | 3.133 | 16.835 | (79.506) | (44.781) |
| Total | | 6.095 | 19.900 | (87.673) | (46.731) |
| Circulante | | 5.049 | 17.742 | (86.934) | (46.397) |
| Não circulante | | 1.046 | 2.158 | (739) | (334) |

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

| Controladora | Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial | | Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado | |
|---------------------------------|---|---------|--|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa | | | | |
| Moeda estrangeira | (14.470) | (1.855) | (11.789) | (23.333) |
| Commodities | (6.545) | 511 | (8.029) | 8.175 |
| Saldo final | (21.015) | (1.344) | (19.818) | (15.158) |
| Saldo final líquido de impostos | (13.870) | (888) | | |

| Consolidado | Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial | | Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado | |
|---------------------------------|---|---------|--|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa | | | | |
| Moeda estrangeira | (14.390) | (2.275) | (12.095) | (23.935) |
| Commodities | (6.277) | 511 | (10.756) | 8.175 |
| Saldo final | (20.667) | (1.764) | (22.851) | (15.760) |
| Saldo final líquido de impostos | (13.640) | (1.344) | | |

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2013 e 2012, nos montantes de R\$13.640 e R\$1.344, respectivamente, resultam na variação de R\$12.296, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

| Controladora | Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro | |
|---|--|-----------|
| | 2013 | 2012 |
| Valor justo de hedges | | |
| Exposição líquida de balanço | 1.001.238 | 1.316.145 |
| Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira | (97.651) | (11.180) |

| Consolidado | Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro | |
|---|--|-----------|
| | 2013 | 2012 |
| Valor justo de hedges | | |
| Exposição líquida de balanço | 994.676 | 1.345.523 |
| Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira | (97.222) | (15.399) |

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2013 (2,3426).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de hedge quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

| Controladora | | | | | Consolidado | | | | |
|--------------|----------|---------|------|----------|-------------|----------|---------|------|----------|
| 1T14 | 2T14 | 3T14 | 4T14 | Total | 1T14 | 2T14 | 3T14 | 4T14 | Total |
| (40.934) | (33.887) | (7.661) | 547 | (81.935) | (40.934) | (34.086) | (7.644) | 756 | (81.908) |
| 1T15 | 2T15 | 3T15 | 4T15 | Total | 1T15 | 2T15 | 3T15 | 4T15 | Total |
| 45 | 166 | 64 | 14 | 289 | 69 | 184 | 64 | 14 | 331 |

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

| Contraparte | “Rating” Global Moody’s |
|--------------------|--|
| Banco do Brasil | Baa2 |
| Bradesco | Baa2 |
| Citibank | Baa2 |
| HSBC | Baa2 |
| Itaú BBA | Baa2 |
| JP Morgan | Aa3 |
| Santander | Baa2 |
| Deutsche Bank | A2 |

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

| Controladora | | |
|--|------------------|------------------|
| | Alavancagem | |
| | 2013 | 2012 |
| Empréstimos e financiamentos | 137.893 | 111.544 |
| Derivativos | 81.646 | 26.305 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (447.442) | (128.780) |
| Dívida líquida | (227.903) | 9.069 |
| Patrimônio líquido | 2.351.149 | 2.029.144 |
| Patrimônio líquido e dívida líquida | 2.123.246 | 2.038.213 |

| Consolidado | | |
|--|------------------|------------------|
| | Alavancagem | |
| | 2013 | 2012 |
| Empréstimos e financiamentos | 138.469 | 111.544 |
| Derivativos | 81.578 | 26.831 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (971.511) | (377.561) |
| Dívida líquida | (751.464) | (239.186) |
| Patrimônio líquido | 2.464.736 | 2.131.711 |
| Patrimônio líquido e dívida líquida | 1.713.272 | 1.892.525 |

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2013. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2013.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

| Controladora | Risco | No cenário Provável | No cenário Possível | No cenário Remoto |
|------------------------|--|------------------------|------------------------|----------------------|
| Posição ativa | | | | |
| Hedge de metais | Queda do preço das <i>commodities</i> | (5.470) | (51.084) | (96.699) |
| Hedge de Moeda | Queda da moeda | (1.448) | (24.930) | (48.416) |
| Posição passiva | | | | |
| Hedge de moeda | Alta das moedas | (74.727) | (388.631) | (704.809) |

| Consolidado | Risco | No cenário Provável | No cenário Possível | No cenário Remoto |
|------------------------|--|------------------------|------------------------|----------------------|
| Posição ativa | | | | |
| Hedge de metais | Queda do preço das <i>commodities</i> | (5.205) | (61.811) | (118.417) |
| Hedge de moeda | Queda da moeda | (1.645) | (33.771) | (65.898) |
| Posição passiva | | | | |
| Hedge de moeda | Alta das moedas | (74.727) | (388.631) | (704.809) |

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

Sensibilidade a taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 5,5% e CDI (Certificado de Depósito Bancário) a 9,77% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

| Controladora | Risco | No cenário Provável | No cenário Possível | No cenário Remoto |
|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|----------------------|
| Aplicações financeiras | Baixa da taxa de juros | 36.016 | 27.191 | 18.367 |
| Empréstimos | Alta da taxa de juros | 134.414 | 142.814 | 144.915 |

| Consolidado | Risco | No cenário Provável | No cenário Possível | No cenário Remoto |
|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|----------------------|
| Aplicações financeiras | Baixa da taxa de juros | 55.206 | 41.911 | 28.619 |
| Empréstimos | Alta da taxa de juros | 134.414 | 142.814 | 144.915 |

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo o valor justo é próximo ao seu valor contábil.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Ativos financeiro | | | | |
| Contas a receber | 413.417 | 456.142 | 960.032 | 1.111.767 |
| Derivativos em <i>hedge</i> | 5.234 | 19.762 | 6.095 | 19.900 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 447.442 | 128.780 | 971.511 | 377.561 |
| Total | 866.093 | 604.684 | 1.937.638 | 1.509.228 |
| Passivos financeiro | | | | |
| Fornecedores | 1.731.469 | 1.649.996 | 2.546.138 | 2.379.680 |
| Empréstimos | 137.893 | 111.544 | 138.469 | 111.544 |
| Derivativos em <i>hedge</i> | 86.880 | 46.067 | 87.673 | 46.731 |
| Total | 1.956.242 | 1.807.607 | 2.772.280 | 2.537.955 |

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|-------------------------------|---------|---------|---------|
| Ativos financeiro | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 971.511 | - | - |
| Derivativos em <i>hedge</i> | - | 6.095 | - |
| Passivos financeiro | | | |
| Empréstimos | - | 138.469 | - |
| Derivativos em <i>hedge</i> | - | 87.673 | - |

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

- b) O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

24. Relacionamento com auditores independentes

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que:

No exercício de 2013, a Whirlpool S. A. utilizou serviços prestados pela Directa Auditores referente auditoria que estão em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela Directa Auditores, de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia.